



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELLA DE AGUIAR GUISSO

**DISSONÂNCIA ENTRE AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (PNAIC E
PCNS) BRASILEIRAS EM ALFABETIZAÇÃO E AS EVIDÊNCIAS
CIENTÍFICAS**

MARINGÁ
2013

DANIELLA DE AGUIAR GUISSO

DISSONÂNCIA ENTRE AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (PNAIC E PCNS) BRASILEIRAS EM ALFABETIZAÇÃO E AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM.

Coordenação: Profa. Dra. Aline Frollini Lunardelli Lara

Orientação: Profa. Dra. Ruth Izumi Setoguti

Maringá

2013

DANIELLA DE AGUIAR GUISSO

DISSONÂNCIA ENTRE AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (PNAIC E PCNS) BRASILEIRAS EM ALFABETIZAÇÃO E AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da professora doutora Ruth Izumi Setoguti.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Ruth Izumi Setoguti
(Universidade Estadual de Maringá)

Profª Ms. Priscilla Kelly Cantos
Colégio Regina Mundi

Profª Ms. Suelem Halim Nardo de Carvalho
(Universidade Estadual de Maringá)

DISSONÂNCIA ENTRE AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (PNAIC E PCNS) BRASILEIRAS EM ALFABETIZAÇÃO E AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Daniella de Aguiar Guisso¹

Ruth Izumi Setoguti²

RESUMO

O propósito desse estudo é compreender o desalinhamento entre as ações governamentais como o PNAIC e os PCNS e as evidências científicas acerca da alfabetização. Atualmente a alfabetização brasileira passa por problemas, como o alto índice de analfabetismo funcional. Tentando solucioná-los o governo federal lançou um programa “Pacto nacional de alfabetização na idade certa”, no qual direciona a necessidade de que a alfabetização das crianças ocorra até o final do terceiro ano, aos oito anos de idade. Além desse programa os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, apresentam um conceito de alfabetização confuso e equívoco, e não determinam um método para alfabetizar. A pesquisa fundamenta-se em evidências científicas, como o estudo do ‘Grupo de trabalho Alfabetização Infantil’, realizado por um grupo notável de especialistas de diversos países e o artigo “Métodos de alfabetização: o Estado da Arte”, e autores como Oliveira (2008), Capovilla (2002) e Martins (2004), assim verificamos que os programas governamentais vão em sentido contrário ao que é indicado nas evidências científicas para alfabetização, como a necessidade de adotar um método para alfabetizar. Com a elaboração desse estudo pretende-se contribuir com conhecimentos sobre essa temática, para auxiliar a reflexão dos profissionais alfabetizadores.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Ações governamentais; Evidências científicas.

ABSTRACT

Ruptures between government's activities (PNAIC and PCNS) and scientific evidence on literacy are analyzed. Literacy in Brazil is highly problematic, with special reference to high rates of functional illiteracy. The federal government launched the campaign ‘National Agreement for Literacy at the right age’ in which it underscored that children's literacy should occur between the third and eighth year of age. Further, the National Curricular Guidelines for Portuguese provided an equivocal and confuse notion of literacy and failed to determine a method for the undertaking of literacy. Current research is foregrounded on scientific evidence, such as studies by the work group ‘Children's Literacy’ undertaken by a number of experts from several countries, the article ‘Methods for Literacy: State of the Art’, and works by Oliveira (2008), Capovilla (2002) and Martins (2004). Government literacy

¹ Acadêmica de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Professora doutora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

programs work in opposite direction to recommendations indicated by scientific evidences on literacy, such as the need to adopt a method for literacy. Current research contributes towards the theme so that discussions by professionals in literacy may ensue.

Keywords: Literacy; government activities; scientific evidence.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste artigo é apontar a dissonância existente entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o que preconizam as evidências científicas mais atualizadas.

Para isso, apresentamos alguns dados relativos à alfabetização brasileira, as ações que o governo federal lançou para tentar melhorar a qualidade da alfabetização, tais como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e as evidências científicas que indicam a necessidade da utilização de um método para alfabetizar.

Atualmente, a alfabetização de crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental no Brasil apresenta alto índice de analfabetismo funcional.

Para compreendermos a situação precária do processo de alfabetização no país, utilizamos dados do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, os quais criaram o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), que apresentam as análises e as interpretações dos resultados da mais recente mensuração dos níveis de alfabetismo da população adulta brasileira.

Em 2011, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa publicaram um relatório contendo análises e interpretações dos resultados das mensurações dos níveis de alfabetismo, que segundo o INAF (2011) podem ser classificados em quatro níveis:

Analfabetismo: corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.). **Nível rudimentar:** corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica. **Nível básico:** as pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações. **Nível pleno:** classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições

para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos (INAF, 2011, p.5).

Em consonância com esse relatório, verificamos que houve um crescimento no percentual da população que lê, mas não compreende o que lê: de 61% em 2001 para 73% em 2011, o que significa um retrocesso, pois apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática, mesmo com o aumento da escolaridade da população brasileira.

[...] os dados do Inaf mostram que o esforço despendido pelos governos e também pela população de se manter por mais tempo na escola básica e buscar o ensino superior não resulta nos ganhos de aprendizagem esperados. Novos estratos sociais chegam às etapas educacionais mais elevadas, mas provavelmente não gozam de condições adequadas para alcançarem os níveis mais altos de alfabetismo, que eram garantidos quando esse nível de ensino era mais elitizado. A busca de uma nova qualidade para a educação escolar em especial nos sistemas públicos de ensino deve ser concomitante ao esforço de ampliação de escala no atendimento para que a escola garanta efetivamente o direito à aprendizagem (INAF, 2011, p.12).

O que podemos constatar com base nos dados do Inaf (2011) é que o Brasil, apesar de ter aumentado consideravelmente a escolaridade média da população, não conseguiu melhorar a qualidade de sua educação. Os alunos geralmente não conseguem acompanhar a escola e acabam por abandoná-la ou por evadir-se dela.

Apresentamos os dados do INAF (2001) referentes ao nível de alfabetismo da população por escolaridade na Tabela 1, os quais mostram que mesmo quem possui alguma escolaridade muitas vezes não domina a língua portuguesa.

Tabela 1: Nível de alfabetismo da população de 5 a 64 anos por escolaridade (2011)

Níveis		Escolaridade				
		Nenhuma	Ens. Fund. I	Ens. Fund. II	Ens. Médio	Ens. Sup.
BASES		158	378	476	701	289
Analfabeto		54%	8%	1%	0%	0%
Rudimentar		41%	45%	25%	8%	4%
Básico		6%	43%	59%	57%	34%
Pleno		0%	5%	15%	35%	62%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabeto funcional	95%	53%	26%	8%	4%
Básico e Pleno	Alfabetizado funcionalmente	6%	48%	74%	92%	96%

Fonte: Inaf Brasil, 2011.

Ao analisarmos os dados dos níveis de alfabetismo por escolaridade da população brasileira, verificamos que apenas 43% dos que concluem os anos iniciais do Ensino Fundamental estão alfabetizados e somente 5% possuem o nível pleno de alfabetização. Entre os indivíduos dos anos finais do Ensino Fundamental, apenas 15% apresentam o nível pleno de alfabetização, e a grande maioria (59%) possui o nível básico de alfabetismo.

Já entre as pessoas com Ensino Superior completo, 62% atingem nível pleno de alfabetismo, ou seja, são capazes de ler e compreender diversos tipos de textos, realizar sínteses e inferências, e quanto à matemática, conseguem resolver problemas, interpretar gráficos e calcular proporção e área.

Entre as pessoas que concluem o Ensino Médio, que nos últimos anos se ampliou em número de matrículas, mas não acompanhou em nível de qualidade, apenas 35% atingem o alfabetismo pleno.

O desempenho em nível pleno dos indivíduos com Ensino Superior constatado em 2011 é ainda pior que o de anos anteriores:

O efeito da diminuição das habilidades adquiridas ao longo da escolaridade básica se reflete também no nível superior. Nesse grupo, mantém-se a tendência observada anteriormente: cresce a proporção de brasileiros que chega ao ensino superior, mas reduz-se o desempenho médio do grupo. Com efeito, a proporção de alfabetizados em nível pleno caiu 14 pontos percentuais (de 76% para 62%) ao longo do período 2001-2011 (INAF, 2011, p.12).

Por meio desses dados, podemos concluir que o governo brasileiro obteve êxito na ampliação de matrículas e nos esforços empreendidos para que a população concluísse o Ensino Médio e chegasse ao Ensino Superior, porém isso não resultou em ganhos de aprendizagem.

A esse respeito, Castro (2007) cita a necessidade da melhoria da educação como um todo para o Brasil avançar nas demais áreas, justificando que sem pessoas efetivamente qualificadas o país continuará atrás de outros países mais desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Brasil, apesar de seu grande potencial, pode ficar para trás na economia mundial. Sem melhor ensino público, nossas instituições democráticas ficarão fracas e ineficientes, com nossa classe política aproveitando da corrupção e paralisia que afligem nosso Congresso, Judiciário e nossos governos federal, estaduais e municipais. Sem qualidade no ensino público, teremos dificuldade de diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento tecnológico para competir com os países mais avançados (CASTRO, 2007, p.3).

A alfabetização é uma das etapas mais importantes da vida escolar, porque é pré-requisito para o sucesso escolar. Ser alfabetizado é imprescindível para viver adequadamente em sociedade, pois é por intermédio da linguagem que o homem se comunica, tem acesso à informação, se expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

A criança a ser alfabetizada necessita adquirir competências básicas para o processo de leitura e escrita. Cabe ao professor ensinar as crianças a adquirir competências necessárias para que aprendam a ler. É imprescindível que essa etapa ocorra de maneira correta e eficaz.

Atualmente, podemos observar que um dos principais problemas educacionais brasileiro é o fracasso escolar, evidenciado pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Prova Brasil e do Programa Internacional de Avaliação de Aluno (PISA), os quais, em suas edições, sistematicamente revelam o baixo desempenho dos alunos brasileiros em leitura (e em matemática), fazendo nos refletir sobre a importância de se ter uma definição clara acerca do que é alfabetização.

Mais recentemente, foi realizada a **Prova ABC** (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização) pela ONG Todos Pela Educação em parceria com a

Fundação Cesgranrio, Instituto Paulo Montenegro e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Essa avaliação foi aplicada pela primeira vez no ano de 2011. A avaliação foi feita com 54 mil alunos de 1,2 mil escolas públicas e privadas, distribuídas em 600 municípios brasileiros, por crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.

Essa pesquisa apontou que 43,9% dos alunos que realizaram essa prova não aprenderam o que era esperado em leitura para esse nível de ensino. Em relação à escrita, 46,6% dos alunos não atingiram o mínimo esperado. Ou seja, quase a metade dos avaliados não atinge o mínimo esperado para o nível de ensino em que se encontra, e o mais estarrecedor é que esses alunos seguem para outro nível de ensino sem ao menos ler adequadamente e sem realizar as operações matemáticas mais simples. Assim, reconhecemos a necessidade de ações que melhorem a qualidade da educação como um todo, que se inicie já na educação infantil até o Ensino Superior.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO

Em 2012, o governo federal lançou o “Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa” (PNAIC), que de acordo com o Ministério da Educação tem por objetivo alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, quando elas completam oito anos de idade.

Compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE de 2007 foi firmado por todos os estados e municípios com o governo federal, sendo meta do novo Plano Nacional de Educação. Esse pacto foi idealizado objetivando alfabetizar um maior número de crianças.

No texto de recomendações do PNAIC, há demonstração da preocupação com a situação da educação brasileira, principalmente dos problemas relacionados com a alfabetização:

Mas ainda temos grandes desafios a enfrentar. Muitas crianças brasileiras concluem o ciclo destinado à sua alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas. Um problema que pode comprometer gravemente o seu futuro e, assim, o futuro de nosso país (BRASIL, 2012, p.4).

Mesmo demonstrando preocupação com a qualidade da alfabetização, encontramos equívocos na definição do que seja alfabetizar. Ao analisarmos os objetivos e ações do PNAIC, encontramos a seguinte definição de alfabetização:

O que significa estar alfabetizado? Estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz (BRASIL, 2012, p.17).

A ausência de uma definição clara e objetiva do que é alfabetização é alvo de críticas por estudiosos do assunto como João Batista de Araújo e Oliveira, PHD em pesquisa educacional, que em um artigo publicado na revista da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia discorre a respeito de algumas falhas no PNAIC.

O maior problema, parece-nos, reside na definição e, no caso em questão, na falta dela. O que é alfabetizar? No sentido etimológico, é ensinar o alfabeto. No psicológico, apropriar-se das regras de funcionamento do código alfabético. E, no neurológico, ensinar o cérebro a ler, a estabelecer as conexões entre fonemas e grafemas de forma consistente com o respectivo código da cada língua. A clareza da definição permite avançar. Sua falta prejudica todo o resto. O conceito é de Aristóteles. Em nenhum documento do referido programa existe uma definição de alfabetização, que é, neste caso, confundida com várias outras coisas (OLIVEIRA, 2012, p.13).

É necessário que haja uma definição clara sobre o que é alfabetização para poder enfrentar os problemas da educação nacional que são fruto de uma má alfabetização. Nos últimos anos, houve diversas pesquisas sobre leitura e o Brasil não acompanhou em ações os estudos referentes a esse assunto.

Destacamos que o PNAIC foi aprovado em 2012, porém não foi por unanimidade entre os senadores. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, apresentou, em 2013, uma emenda à medida que cria o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

A Medida Provisória, que tramita como PLV 2/13, estabelece que as escolas públicas devam alfabetizar os alunos até os 8 anos de idade. A emenda proposta

pelo senador reduz o limite para alfabetizar para 6 anos, pois segundo Álvaro Dias: “Se o aluno do colégio particular aprende a ler e a escrever no 1º ano, por que a expectativa para quem depende da rede pública é maior?” (revistaeducacao.uol.com.br 2013). Nesse sentido, questionamos o fato de que quem tem filho em escola particular espera que ele seja alfabetizado no fim do 1º ano, e quem tem filho em escola pública terá até o fim do terceiro ano do Ensino Fundamental para ter o filho alfabetizado.

Os estudiosos da alfabetização criticam o fato de que o governo federal, ao elaborar o PNAIC, não se orientou por evidências científicas, como argumenta Oliveira (2012, p.13): “A comunidade acadêmica poderia ter apresentado as conclusões convergentes dos achados acumulados a respeito da importância dos métodos na alfabetização”, que evidenciam o método fônico o mais eficaz para se alfabetizar.

A respeito da utilização de um método para alfabetizar, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa expõe que:

Existem vários métodos e estratégias de alfabetização. Todavia, é importante destacar que as novas demandas colocadas pelas práticas sociais de leitura e de escrita têm criado novas formas de pensar e conceber o fenômeno da alfabetização. Portanto, os métodos e estratégias que levam as crianças a somente apropriar-se do sistema de escrita, encarando-a como um código a ser memorizado, são insuficientes para suprir tais demandas (BRASIL, 2012, p.19 e 20).

A falta de uma orientação sobre um método para alfabetizar também é objeto de críticas; e na visão de Oliveira, é necessário adotar um método para alfabetizar.

A ideia de que método não é importante, que tudo depende do professor e da motivação do aluno, não encontra respaldo nas evidências científicas. Ao contrário, as evidências sugerem que, controlados os fatores relacionados com professores e nível sócio-econômico dos alunos, os métodos fônicos tendem a apresentar resultados superiores com todos os grupos de alunos, de forma consistente (*National Reading Report*, 2000). Portanto, recomendações como as existentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais e em cursos de formação de professores como o PROFA entram em contradição com as evidências científicas mais atualizadas (OLIVEIRA, 2008, p.43).

Não é somente no PNAIC que encontramos equívocos sobre o que é alfabetizar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são documentos criados em 1997 para servir de referência e orientação para o ensino nacional e foram propostos pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação. Os PCNs são responsáveis por orientar os professores para sua prática docente.

O conceito de alfabetização presente no PCNs de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental é confuso e apresenta a ideia de que ler é sinônimo de compreender; isso é um grave equívoco, pois quem não sabe ler pode compreender claramente o que é dito, ou seja, para se compreender, muitas vezes não é necessário ler. Esse equívoco tem implicações importantes, pois ao confundir objetivo e processo confundem-se também os métodos de alfabetização, o que pode gerar desastrosas consequências para a aprendizagem do aluno. Além disso, os PCNs não determinam um método específico para se alfabetizar.

Podemos observar críticas em relação à alfabetização e ao PCN no relatório intitulado 'Grupo de trabalho Alfabetização Infantil', o qual foi divulgado em 2007 por um grupo notável de especialistas de diversos países, como Cláudia Cardoso-Martins, PhD. em Psicologia (Brasil); Fernando Capovilla. Ph. D. em Psicologia Experimental (Brasil), João Batista Araújo e Oliveira, Ph. D. em Pesquisa Educacional (Brasil), Jean-Emile Gombert, Doutor em Psicologia Genética (França); José Carlos Junca de Moraes, Doutor em Ciências Psicológicas (Portugal), Marilyn Jaeger Adarns. Ph. D. em Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento (Estados Unidos), e Roger Beard. Ph. D. em Psicologia (Inglaterra).

Esse relatório foi elaborado pelos especialistas acima referidos a pedido da Câmara de Deputados para apresentar evidências científicas, teorias e práticas estabelecidas por outros países como Inglaterra, França e nos Estados Unidos no tocante à alfabetização.

Nesse relatório, fica evidente a crítica em relação à falta de definição do que é alfabetizar.

Conceitos claros são importantes porque condicionam programas de ensino, produção e escolha de material didático, formação e certificação de professores, avaliação e organização dos ciclos e anos escolares. Quando os conceitos se tomam menos claros, como parece ser o caso do conceito de alfabetização no Brasil, as consequências podem ser dramáticas, ou mesmo desastrosas (BRASIL, 2007, p.150).

E ainda concluem esses especialistas que entre os diversos problemas educacionais no Brasil o mais grave é a má alfabetização.

Dentre os graves problemas que afetam a qualidade da educação no Brasil, nenhum é maior do que o da alfabetização das crianças. Sem ele, todos os atuais esforços para debelar o analfabetismo adulto estarão condenados ao fracasso, já que o sistema educacional continuará produzindo milhões de brasileiros sem condições de compreender o que lêem (BRASIL, 2007, p.164).

O que observamos, tanto no PNAIC quanto no texto dos PCNs, é a falta de uma definição do que é alfabetização, suas competências e de um método para se alfabetizar.

Assim, acreditamos que é necessário definir que ler consiste em adquirir competências para decodificar, e a decodificação, por sua vez, é o processo de converter letras em sons estabelecendo a correspondência grafema-fonema. Além da definição devida de alfabetização, é necessário que se estabeleça um método para alfabetizar.

A abordagem da problemática dos métodos de alfabetização no Brasil não é somente discrepante do enquadramento científico mundialmente consagrado há pelo menos três décadas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da leitura e da escrita bem como diretrizes curriculares oficiais de importantes e cidades e estados brasileiros contêm afirmações que se encontram num pólo diametralmente oposto ao que estabelece o estado da arte nesse campo (OLIVEIRA E SILVA, 2008, p.3).

Para os especialistas da área de educação, especificamente da alfabetização, um dos motivos do fracasso escolar dos alunos brasileiros tem origem na má formação dos alunos já nas séries iniciais, quando ocorre a alfabetização. O Brasil avançou em diversas áreas nos últimos anos, mas a educação não acompanhou esse desenvolvimento.

[...] Parece nem passar pela cabeça de certas autoridades que o método global de alfabetização, entronizado tão veementemente pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, possa ser o responsável por grande parte do fracasso. Em plena era da globalização, o Brasil tem conseguido ignorar, com inexplicável obtusidade, a revolução do ensino fundamental ocorrida nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e em tantos outros países e blocos que, depois de intensas pesquisas científicas, descobriram os estragos alarmantes feitos pelo

pernicioso método global e adotaram explicitamente o método fônico para a alfabetização de suas crianças (CAPOVILLA, 2007, p.13).

AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS PARA ALFABETIZAÇÃO

Ao analisarmos o PNAIC e o PCN, observamos que ao serem elaborados não se consideraram os estudos mais elaborados a respeito de alfabetização. Em conformidade com Oliveira (2012), a comunidade acadêmica poderia ter contribuído com o PNAIC com os estudos mais atuais e aprofundados sobre alfabetização : “[...] a comunidade científica certamente poderia contribuir com seus conhecimentos acumulados por meio de estudos de laboratório, experimentais e empíricos e cujos resultados apresentam elevado grau de convergência.”

Os mais avançados estudos atinentes à alfabetização e evidências científicas, como, por exemplo, o denominado “Métodos de alfabetização: o Estado da Arte” (2008) não foi utilizado pelo governo federal para a elaboração do PNAIC. Salientamos que esse estudo é o mais completo, atual e abrangente sobre evidências científicas de utilização de um método específico para a alfabetização, e estudos e exemplos de diversos países concluíram que o método fônico é o mais adequado para se alfabetizar.

Hoje, particularmente no Brasil, é comum um manejo didático do ensino de leitura que além de não proporcionar a compreensão do princípio alfabético negligencia ou desdenha o **ensino explícito e sistemático** das correspondências usuais e permitidas entre grafema e fonema. Nesses casos os alunos, inevitavelmente, terão que intuir, por conta própria, o princípio alfabético adivinhar as correspondências permitidas entre grafema e fonema (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.3).

Autores como Capovilla (2002) e Oliveira (2008), pautados em estudos e exemplos de países que obtiveram excelentes resultados no PISA como Estados Unidos e França, defendem a utilização do método fônico para a alfabetização; esse método se contrapõe ao construtivismo.

Capovilla critica o Brasil pelo fato de que está entre os últimos colocados no PISA, enquanto EUA e França estão em posições mais confortáveis:

O que distingue autoridades governamentais respeitáveis de nações desenvolvidas na área de educação é a seriedade com que tomam decisões a partir de evidência científica sólida quando se trata de decidir o futuro de suas crianças. É a única maneira de garantir que a criança e a educação sejam as grandes vencedoras de todas as guerras que se travam. Por exemplo, antes de se decidir por um ou outro lado (isto é, pelo método global ou pelo fônico), o Congresso dos Estados Unidos determinou que fosse feita uma meta-análise para avaliar os resultados demais de 100 mil estudos experimentais conduzidos sobre a eficácia de diferentes métodos de alfabetização. Tal esforço concentrado de pesquisa revelou a superioridade absoluta do método fônico e levou o Congresso dos Estados Unidos a estabelecer oficialmente o método fônico como o método mais eficaz para a alfabetização (CAPOVILLA, 2002, p.13).

Para Capovilla (2004), as atividades propostas para alfabetização no Brasil são muito complexas para as crianças e acabam por ignorar o seu desenvolvimento cognitivo. Para o autor, deve-se introduzir o texto à medida que a criança adquire noções de decodificação, a partir das correspondências entre grafema e fonema.

Martins (2004, p.54) afirma que “o progresso na aprendizagem da leitura, mesmo o progresso inicial, pressupõe a habilidade de processar relações letra-som na palavra”.

Para ser alfabetizada, a criança deve primeiramente aprender o princípio alfabético, compreender que as letras correspondem a segmentos sonoros menores.

[...] Independentemente da característica dos métodos, a criança, para se alfabetizar, precisa, primeiro, apreender o princípio alfabético, ou seja, ser instruída sobre o fato de que as letras ou grupo de letras (grafemas) representam aspectos sonoros da fala, e, em segundo lugar, aprender a valência sonora dos grafemas nas diversas posições em que aparecem nas sequências de letras e palavras (OLIVEIRA E SILVA, 2008, p.2).

No ano 2000, foi publicado nos Estados Unidos, no National Reading Panel Report, os avanços obtidos na área da alfabetização daquele país, os quais foram conquistados pela determinação das habilidades necessárias para alfabetizar. Essas habilidades são desenvolvidas por intermédio da consciência fonológica, e o conhecimento do princípio alfabético evidenciou o método fônico como o mais eficiente, inclusive para crianças com dificuldades em leitura.

Oliveira (2006) sublinha que algumas competências são necessárias para a alfabetização. A criança deve estar familiarizada com livros para assim desenvolver

o desejo de aprender a ler sozinha. Outra competência é a consciência fonológica e as competências de segmentação e metalinguagem.

Este autor, em relação à idade certa para a alfabetização afirma que “[...] sabemos que existe maturação cerebral. Por volta de 6 anos todos os mecanismos básicos para aprender já estão bem estabelecidos” (OLIVEIRA, 2012, p.13).

De acordo com Oliveira e Silva (2006), a neurociência explica que o atraso na alfabetização pode gerar graves prejuízos.

A falta de estimulação adequada e oportuna tem consequências para a aprendizagem posterior – não apenas em função do déficit causado pelo atraso, mas também pela falta de circuitos redundantes que não são formados nas pessoas que não aprendem a ler nessa idade (OLIVEIRA e SILVA, 2006, p.13).

Capovilla (2007) argumenta que o método fônico, além de ser o mais indicado para alfabetizar, também é o método mais eficaz para crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem.

[...] estudos de intervenção com crianças com dificuldades de leitura e escrita, tanto com crianças de escolas públicas quanto com crianças de escolas particulares, depois de participarem das atividades de consciência fonológica e de correspondência entre grafemas e fonemas, as crianças anteriormente atrasadas tornaram-se melhores que seus pares controle e equivalentes aos melhores de sua classe. Isto ocorreu não apenas em consciência fonológica e conhecimento de letras, como também em leitura em voz alta e escrita sob ditado. Ou seja, mesmo não tendo recebido qualquer instrução direta de leitura ou escrita, a competência dessas crianças nessas habilidades aumentou de modo significativo e marcante. O mesmo, em menor escala, foi observado no terceiro estudo, com a estudante com paralisia cerebral, cuja consciência fonológica e escrita também melhoraram significativamente após algumas poucas sessões de instrução de correspondências grafo fonêmicas e de consciência fonológica (CAPOVILLA, 2007, p.15).

As ações do governo federal para a melhoria da alfabetização, e por consequência da educação, devem estar voltadas principalmente para a Educação Infantil, assim a criança chega ao Ensino Fundamental com habilidades para se alfabetizar ao longo do primeiro ano.

as habilidades fonológicas afloram e se desenvolvem ao longo dos anos que precedem a escolarização formal, por volta dos 4 e 5 anos

de idade. E que aos 6 anos as crianças, em sua esmagadora maioria, já possuem todas as condições necessárias e suficientes para se alfabetizarem (OLIVEIRA, 2012, p.14).

Ao analisarmos o PNAIC e os PCNs e as evidências científicas em alfabetização, podemos constatar a ausência de um programa que garanta melhorias na alfabetização brasileira.

Algumas ações são de suma importância para a alfabetização brasileira, como a utilização das evidências científicas para se elaborar programas governamentais eficazes, como a utilização de um método, especificamente o método fônico, a garantia de educação infantil de qualidade para todas as crianças e uma formação específica para os professores alfabetizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação da alfabetização brasileira passa por graves problemas, é urgente que o Brasil invista na Educação Infantil para que esse nível educacional esteja disponível para todas as crianças, que invista também na formação de profissionais qualificados na educação, especialmente professores que serão habilitados para uma tarefa de grande importância, que é alfabetizar. O país deve ainda direcionar ações para a alfabetização, e utilizar um bom método para alfabetizar, como, por exemplo, o método fônico, que apresenta excelentes resultados em países que o utilizam.

Ressaltamos ainda a necessidade de despertar o gosto pela leitura, fazer com que as crianças sejam estimuladas para começar a ler.

Além disso, é necessário que o governo, ao elaborar políticas voltadas para a educação, faça uso dos estudos de profissionais qualificados, que podem contribuir para uma educação de qualidade e contribuir na diminuição dos níveis de analfabetismo e alfabetismos funcionais da população brasileira.

Nesse âmbito, recomendamos a todos os envolvidos com a educação, particularmente professores que trabalham com crianças, que se dediquem a estudos sobre as evidências científicas para realizar o ensino do princípio alfabético para os alunos adquirirem competências necessárias para se alfabetizar de forma adequada e eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil: os novos caminhos. **Relatório Final**, 2ª Edição: Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informações, Coordenação de Publicações, 2007.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.pacto.proex.ufu.br/sites/pacto.proex.../pacto_livreto_manual.pdf>. Acesso em 09/06/2013.

CAPOVILLA, A. G. S. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2002.

_____. Alessandra Gatzuzo SEABRA; CAPOVILLA, Fernando César. **Alfabetização: Método Fônico**. 4ª Ed. São Paulo: Memnom. 2007.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Problemas institucionais do ensino público**, 2007. Disponível em : <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp42_pt.pdf >. Acesso em: 08/08/2013.

INAF. Indicador de alfabetismo funcional Inaf / Brasil – 2011. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/informe_resultados_inaf2011_versao%20final_12072012b.pdf >. Acesso em: 10/03/2013.

MARTINS, Claudia C. MICHALICK, Mirelle F. Pollo, Tatiana. **O Papel do Conhecimento do Nome das Letras no Início da Aprendizagem da Leitura: Evidência de Indivíduos com Síndrome de Down**. 2004. Disponível em www.scielo.br/prc. Acesso em: 10/08/2013.

OLIVEIRA, J. B. A. **ABC do alfabetizador**. Rio de Janeiro: Instituto Alfa e Beto, 2008.

_____. João Batista. **Alfabetização na Idade Certa: o que a neurociência teria a contribuir para o programa nacional?** Alfa Educativa, Belo Horizonte, Nov.2012. Disponível em: <<http://www.alfaebeto.org.br/Arquivos/Documentos/Artigos/Boletim%20Haase.pdf>>. Acesso em: 10/03/2013.

_____. João Batista; SILVA, Luiz Carlos Faria. **Métodos de alfabetização: o estado da arte**. Alfa Educativa, Belo Horizonte, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.alfaebeto.org.br/>>. Acesso em: 15/06/2013.

_____. João Batista; SILVA, Luiz Carlos Faria. **O impacto das séries iniciais: educação infantil, analfabetismo funcional e equidade**. Alfa Educativa, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.alfaebeto.org.br/Arquivos/Documentos/Artigos/impacto_das_series_iniciais.pdf>. Acesso em: 15/06/2013.

UOL Revista Uol Educação. **Existe idade certa?**. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/193/existe-idade-certa-288348-1.asp>>. Acesso em: 05/06/2013.